

ATA DA SESSÃO Ordinária
DO DIA 17-12-2014

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

José Honorato Sousa Medeiros

António José de Braga Sousa

Paulo Roberto Fontes Junco

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Agostinha Maria Moreira Gomes

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Rita Cabral Rodrigues

Edgardo Costa Madeira

Erasmus Carlos Esteves de Melo Moniz

Clotilde de Melo Cabral Coreia da Ponte

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

João Carlos Barbosa Leite

Andreia Margarida Vicente Junco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Pedro Henrique Soares Correia

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Emanuel Frias Santos

António José Santos Ponte

Emanuel de Sousa Medeiros

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Rui Nelson Furtado Amaral

Arménio Maurino Correia Jardim

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Cláudia de Jesus Lima Cabral

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 17-12-2014

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC. N.º 5706/2014 - Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas - Pedido de apoio para pagamento das despesas de transporte dos alunos da freguesia para a EBS de Vila Franca do Campo - Delegação de Competências

PONTO DOIS -PROC. N.º 2803/2014 - Proposta de Deliberação - Escritura de cedência gratuita - Afetação ao domínio público municipal

PONTO TRÊS - PROC. N.º 3017/2014 - Informação Interna - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2014 - 3.º Trimestre – Acumulado

PONTO QUATRO - PROC. N.º 3142/2014 - Proposta de Deliberação - Participação variável no IRS para o ano económico de 2015

PONTO CINCO - PROC. N.º 3143/2014 - Proposta de Deliberação - Lançamento de derrama para o ano económico de 2015

PONTO SEIS - PROC. N.º 2626/2014 - Proposta de Deliberação - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2015

PONTO SETE - PROC. N.º 2893/2014 - Proposta de Deliberação - Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015

PONTO OITO - PROC. N.º 3262/2014 - Informação Interna - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos

PONTO NOVE - PROC. N.º 3272/2014 - Informação Interna - 4ª.Revisão Orçamental

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17-12-2014

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Cláudia de Jesus Lima Cabral, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia. -----

Após o Presidente ter declarado aberta a sessão pelas 20:00 horas, deu conhecimento à Assembleia da renúncia do mandato, apresentada por escrito, do membro dessa Assembleia, Teófilo José Soares de Braga da lista do NR – NOVO RUMO. -----

Assim e nos termos do disposto no número 3, do artigo 60º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o Presidente da Assembleia Municipal, instalou, como membro da mesma mesa a Senhora Agostinha Maria Moreira Gomes, residente na Avenida da Liberdade, nº 8, freguesia de São Pedro, concelho de Vila Franca do Campo, com o cartão de cidadão número, 9979118 8, inscrito na comissão de recenseamento da freguesia de São Pedro, com o número de eleitor 1799, eleita pela lista do NR – NOVO RUMO. -----

De seguida, foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão, verificando-se a falta justificada do Membro da Assembleia do grupo PPD/PSD, Patrícia de Fátima Vieira de Andrade, que se fez substituir, nos termos legais, por Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente Carlos Manuel Melo Pimentel e os vereadores Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo e Sabrina Coutinho Furtado.-----

Foi submetida apreciação ata da sessão da Assembleia Municipal anterior e relativamente a essa o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, retificou o parágrafo em fazia a sua intervenção. Assim sendo que fique registado que o projeto de requalificação do terreno, onde atualmente estava edificado o Polivalente, deveria incluir todas as valências incluindo uma biblioteca. Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 17 de dezembro de 2014, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

Pelo Membro da Assembleia Municipal, eleito pelo PPD/PSD, Paulo Roberto Fontes Junco, foi presente à sessão o Voto de Pesar que a abaixo se transcreve.-----

“VOTO DE PESAR

SR. ALBERTO ROMÃO MADRUGA DA COSTA

Faleceu no passado dia 14 de novembro de 2014, o antigo Presidente do Governo Regional dos Açores e da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Alberto Romão Madruga da Costa, foi ainda Deputado no Parlamento Regional em diversas legislaturas e Secretário Regional de Transportes e Turismo.

Nascido na cidade da Horta, tinha 74 anos de idade e bancário de profissão

Foi o único cidadão, que até à data desempenhou as mais altas funções, nos dois órgãos do Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores

Homem íntegro, conciliador, justo e servidos da causa pública e do Partido Social Democrata.

Foi condecorado em vida, tanto a nível Regional como Nacional.

Os Deputados Municipais do PSD, propõem a aprovação deste voto de pesar, como uma justa homenagem à sua memória, dando conhecimento à família.”

O Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra ao Presidente da Mesa da Assembleia para referir que a Câmara Municipal se associava ao voto apresentado, uma vez que Alberto Romão Madruga da Costa havia sido uma figura importante da nossa Autonomia, não só pelos cargos que ocupara mas também pelo homem íntegro e honesto que havia sido.-----

Submetido a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

O senhor João Alberto Carreiro Medeiros Simas, membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, apresentou o Voto de Pesar que abaixo se transcreve.” -----

“VOTO DE PESAR

MESTRE ARTUR COUTO

O Mestre Artur Couto foi um distinto Vila-franquense na sua profissão de Construtor Civil, existindo nesta Vila e na Ilha de S. Miguel, muitas obras que contaram com a sua mão e seu saber.

Sublinha-se a importância do seu saber numa época, que não havia técnicos de construção civil, engenheiros e arquitetos e eram com ele, que muitas obras públicas ou privadas, encontravam soluções para uma construção sólida e duradoura.

Passou parte do seu saber a diversas gerações, que hoje em dia, são bons mestre-de-obras porque tiveram como formador o Mestre Artur Couto.

Foi ainda Vereador nesta Autarquia de 1976 a 1979, na Presidência de António Melo.

Os Deputados Municipais do PSD, apresentam este Voto de Pesar manifestando à família os Mais Sentidos Pêsames.”

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi concedida, disse que a Câmara Municipal associava-se ao presente voto reconhecendo o Mestre Artur Couto como um grande trabalhador, que havia criado vários postos de trabalho, na área da construção civil, por todo o concelho e Ilha. Obra que foi continuada pela família.-----

Colocado a votação, foi o voto aprovado por unanimidade.-----

O membro da Assembleia Municipal, eleito pelo PPD/PSD, Hélder Medeiros, pediu a palavra para congratular a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo pelo apoio concedido na preparação e realização do Campeonato Europeu de Futsal que teve lugar no Açor Arena, espaço cedido de forma gratuita. Salientou ainda que a notícia do Campeonato correu o mundo e em 1 minuto de espaço televisivo, Vila Franca do Campo deslumbrara.-----

O Membro da Assembleia Municipal Hélder Medeiros referiu ainda os índices de Transparência Municipal e o facto de Vila Franca do Campo ter ficado no 265º lugar no conjunto das 308 autarquias, enquanto Lagoa e Ribeira Grande ficaram respetivamente no 30º e 50º lugar.-----

O Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para afirmar que em primeiro lugar era com agrado que Vila Franca do Campo recebia eventos daquela dimensão, tanto de cariz e carácter nacional como internacional e que a Câmara estaria, sempre que possível, solicita a apoios daquela natureza. -----

Quanto ao segundo ponto, o Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara iria procurar

melhorar. Porém, acrescentou que esse estudo tinha sido feito por uma empresa privada e acreditava que o método mais adequado para demonstrar o grau de transparência não era esse e que o mesmo deveria ter – se baseado em métodos mais adequados às realidades insulares. O grau de transparência municipal não se deveria confundir com os itens aplicados à cidade de Lisboa pois as vilas e as ilhas açorianas eram realidades diferentes. Acrescentou, no entanto, que procurar-se-ia preencher os critérios que consideravam transparentes, que iria trabalhar para aumentar o grau de transparência dos serviços em geral.-----

O Membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, José Honorato, no uso da palavra que lhe foi concedido, afirmou que da Rua Padre José Gregório de Amaral até à Cooperativa, na Freguesia da Ponta Garça, a estrada se encontrava em muito mau estado e questionou para quando o melhoramento daquela via, dado que era uma zona de circulação veículos agrícolas e de transportes pesados. Alertou ainda, para a existência de uma falha numa escada de acesso ao Campo de Jogos de Ponta Garça.-----

Perante as questões apresentadas o Presidente da Câmara Municipal, com autorização do Presidente da Mesa, informou que a Câmara Municipal presentemente não tinha disponibilidade financeira para arranjos de grande vulto. Limitava-se a fazer o que estava agendado no Plano Anual. Obras daquela natureza deveriam estar programadas no plano anual municipal atendendo aos limites para a execução das mesmas e, como não estavam, não se poderia fazer nada a não ser a conservação. A repavimentação não era uma possibilidade visto que não existia cabimento orçamental para isso.-----

Quanto ao Campo de Jogos de Ponta Garça, por se tratar de uma pequena intervenção, o Presidente da Câmara Municipal assumiu a reparação à falha existente na escada de acesso ao dito campo.-----

O senhor Paulo Duarte, membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, pediu a palavra para afirmar que o arruamento daquela via deveu-se às obras de construção da escola, adjacente ao local, aquando da passagem de grandes viaturas de carga, com os respetivos materiais de construção. Sendo assim, afirmou ainda o senhor Paulo Duarte, o empreiteiro responsável pela obra deveria ser chamado à responsabilidade e repor o pavimento deixando-o como era antes do começo das obras.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que a obra era do governo regional e, por tal, não poderia dar uma resposta imediata. Iria indagar e depois iria responder. Era uma questão que se iria tentar resolver. -----

O Membro da Assembleia Municipal Hélder Medeiros solicitando o uso da palavra referiu que expôs inúmeras vezes esse assunto à anterior equipa camarária. Acrescentou que era da responsabilidade do Governo Regional mas a Câmara tinha que pedir responsabilidade em prol do bem-estar da população.---

O membro da Assembleia Municipal eleita pelo Partido Socialista, Maria Rita Rodrigues, apresentou o Voto de Congratulação abaixo transcrito.-----

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Congratulo esta Câmara, pelo excelente trabalho e dedicação quem tem tido na ornamentação e luzes de Natal, que faz brilhar as nossas ruas. Destaco o lindíssimo presépio do município que representa as 6 freguesias do nosso concelho, a gigante árvore de Natal e o recheado programa de Natal, o que torna o clima ainda mais celebrativo para vivermos melhor o espírito Natalício.

Saliento ainda o nosso centro histórico, com a nova iluminação que só enriquece o nosso município.”

No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal reconheceu que as festividades do Natal eram vividas com grande tradição pelas famílias nos Açores, em Portugal e por todo o Mundo Ocidental. Acrescentou que bastavam as tristezas vividas durante todo ano e que só com a construção de uma atitude positiva era possível fazer algo e isso traduziu-se na construção de todos aqueles embelezamentos natalícios. Salientou ainda que gastando pouco era possível fazer muito. A Câmara, para o efeito, serviu-se da mão-de-obra do pessoal efetivo e da dos programas ocupacionais. Acrescentou ainda que a Câmara comprou luzes, LEDS, o que veio, em muito, minimizar os custos em toda a iluminação e ainda recuperou-se alguns enfeites. Referiu que a Autarquia possuía bons trabalhadores e fez questão de que ficasse registado, em ata, um Voto de Reconhecimento e Agradecimento a todos os colaboradores que, pelo seu empenho, fizeram com que a Quadra Natalícia merecesse a boa referência de Vila Franca do Campo.-----

O Membro da Assembleia, Hélder Medeiros, eleito pelo PPD/PSD, pediu a palavra para associar-se ao voto e referir que o programa e a decoração das festividades eram um conforto perante as dificuldades do presente. Deixou, assim, registado os seus parabéns que foram extensíveis à participação das Juntas de Freguesia que deram, desse modo, mais força e festividade ao programa natalício, assinalando a Quadra Natalícia com brilhantismo.-----

No uso da palavra que lhe foi conferida, o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, também felicitou a Câmara Municipal pela recuperação do fontenário situado no Caminho Novo, naquela freguesia. Salientou ainda que a Junta de Freguesia, a que preside, estaria sempre de portas abertas e que gostaria de ver atividades do programa de Natal incluídos nas freguesias não se restringindo apenas ao centro de Vila Franca do Campo.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para agradecer as palavras proferidas e salientou que a recuperação do fontenário marcava pela qualidade do mesmo. Acrescentou que o referido fontenário se encontrava soterrado, que era composto por pedra de lavoura e que os elementos decorativos eram muito interessantes. Referiu ainda que à semelhança do miradouro da Marcelina, os espaços públicos tinham de ser requalificados. Acrescentou ainda, o Presidente da Câmara, que com estas ações a Câmara Municipal, estava a dignificar as freguesias e conseqüentemente o Concelho.-----

Quanto à afirmação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça sobre a disponibilidade de abertura para o diálogo, entre aquela Junta e a Câmara Municipal, o Presidente da Autarquia fez questão de afirmar que sempre que for possível colaborar em ações conjuntas estaria sempre pronto e nesse sentido referiu a cedência de trabalhadores, ao abrigo do Programa Recuperar, para todas as freguesias.-

Para concluir, o Presidente da Câmara, esclareceu que a motivação para que as juntas de freguesia fizessem os seus presépios partiu da Câmara Municipal e que a autarquia estaria aberta para que, no próximo ano, os presépios das freguesias pudessem fazer parte do Plano Anual Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - PROC. N.º 5706/2014 - Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas - Pedido de apoio para pagamento das despesas de transporte dos alunos da freguesia para a EBS de Vila Franca do Campo - Delegação de Competências

Foi presente à Assembleia, a deliberação da Câmara Municipal com a proposta, da atribuição de subsídio, a pedido da Junta de freguesia da Ribeira das Tainhas, para a colaboração nas despesas anuais com o transporte dos alunos daquela freguesia para a Escola Secundária de VFC. -----

Posto a votação, foi aprovada, por unanimidade, a delegação de competências no valor de 1 250.00€.-----

PONTO DOIS -PROC. N.º 2803/2014 - Proposta de Deliberação - Escritura de cedência gratuita - Afetação ao domínio público municipal

Foi presente à sessão, a proposta da Câmara Municipal, referente à afetação ao domínio público municipal, da área de 124,50m², do prédio urbano atualmente inscrito na matriz como urbano sob o artigo 758 e ainda descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo como prédio rústico com o n.º 495, com a área total de 260m².-----

Submetido a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS - PROC. N.º 3017/2014 - Informação Interna - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2014 - 3.º Trimestre – Acumulado

Foi presente à sessão o relatório do 3º trimestre, sobre o cumprimento do Plano de Reequilíbrio Financeiro. A Assembleia tomou conhecimento. -----

Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para tecer alguns comentários informativos sobre as dívidas da Câmara Municipal. Assim, referiu que na dívida camarária faltou

regularizar as dívidas de empresas municipais, nomeadamente da Gesquelhas. Referiu que era necessário internalizar essa e as outras empresas municipais, incluindo os passivos das mesmas. Acrescentou ainda que o município tinha o prazo de trinta anos para solver a totalidade da dívida. Os juros vencidos haviam sido perdoados e o município tinha conseguido ficar só com o capital da dívida para pagar. Porém, acrescentou que, quando se fizer a internalização das empresas municipais a situação iria agravar-se e mais grave ficaria quando a essas despesas se juntar as do pessoal e encargos. Salientou que, para a atividade camarária iria sobrar muito pouco. Frisou que esse era um problema que iria perdurar sensivelmente vinte anos. Acrescentou no entanto, que haveria dinheiro para pagar os salários, adquirir bens essenciais e abrir programas para admitir mais pessoas. Frisou ter esperança de que o Governo Regional iria continuar a fomentar a criação de programas para a empregabilidade, pois essa era umas das prioridades desse elenco camarário.-----

Relativamente à concretização da Viagem aos EUA pelos elementos que compõem o elenco camarário o Presidente da Câmara explicou que essa não havia constituído encargo para a Câmara Municipal. Foi realizada a custo zero para a Câmara. Conseguira-se o apoio da SATA e, além disso, havia sido possível fazer um sorteio de 4 viagens na comunidade emigrante para que quatro conterrâneos se deslocassem à terra que os vira nascer. Acrescentou ainda que a Comunidade Emigrante era muito importante e, por isso, estreitar laços com os nossos conterrâneos era contribuir para a dinamização de Vila Franca do Campo.-----

PONTO QUATRO - PROC. N.º 3142/2014 - Proposta de Deliberação - Participação variável no IRS para o ano económico de 2015

Perante a proposta de deliberação da Câmara Municipal, sobre a participação variável no IRS para o ano de 2015, o Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, explicou aos presentes que a referida taxa tinha de estar no valor máximo por causa do reequilíbrio financeiro a que a Autarquia de Vila Franca se submetera. Assim sendo e tendo em conta a dívida, por disposição legal e obrigacional, a taxa era de 5%. Não podia ser menos.-----

Posto à votação verificou que, com os votos a favor do PS a assembleia deliberou aprovar a proposta apresentada. Abstiveram-se dois membros da Assembleia do grupo do PPD/PSD e um do NR-Novo Rumo. Votaram contra a maioria da bancada do PPD/PSD, um elemento do NR e o membro da Assembleia Independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PONTO CINCO - PROC. N.º 3143/2014 - Proposta de Deliberação - Lançamento de derrama para o ano económico de 2015

Foi presente à sessão, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma, a proposta de deliberação da Câmara Municipal, sobre o lançamento de derrama para o ano económico de 2015, com a taxa fixa de 1,5%.-----

O Presidente da Câmara no uso da palavra, que lhe foi conferida, tornou a frisar que a aplicação da taxa, em causa, era uma obrigação por causa do Reequilíbrio Financeiro.-----

Sobre esse ponto o Presidente da Câmara chamou a atenção sobre a obrigatoriedade da votação. Referiu que as votações das pessoas que eram eleitas deviam ser responsáveis e legais. Votar contra quando se tinha a obrigatoriedade legal de se votar a favor chamava-se Hipocrisia Política. Acrescentou ainda que o Partido Socialista teria muito gosto em votar contra mas a havia um dever legal de votar a favor porque era uma obrigação de lei.-----

O membro da Assembleia Hélder Medeiros pediu para intervir e referiu que todas as taxas que deveriam estar no máximo eram as criadas pela autarquia. No caso do IRS, em que o sujeito passivo era o estado e não a Câmara, a bancada do PPD/PSD entendia que juridicamente não deveria ser assim. Salientou que não tinha nada a ver com a Hipocrisia Política e referiu que procuravam entender o esforço desenvolvido nesse sentido. Aproveitou para realçar as obras feitas pela autarquia e o acordo conseguido. Acrescentou ainda que não eram uma oposição de “bota abaixo”, no sentido do bloqueio, mas sim no sentido de se ver alguma oposição, outra razão e outra maneira de se resolver as coisas.-----

O Presidente da Câmara solicitando a palavra e explicou que a Taxa da IRS estava de acordo com a Lei e que a Lei das Autarquias Locais referia-se ao IMI. Salientou ainda que pagava-se essas taxas porque o município tinha uma dívida enorme e votar contra seria votar contra a Lei e isso juridicamente era sancionável.-----

Referiu ainda que havia votações que estavam vinculadas. Havia uma vinculação legal e não política. Politicamente era possível votar contra. Era democrático. Porém, chamou a tenção para a vinculação jurídica da deliberação e acrescentou que a política era submissa à Lei.-----

Posta a votação e com os votos a favor do PS e de um elemento do grupo Novo Rumo, a assembleia aprovou por maioria a proposta apresentada. Absteram-se os membros da Assembleia do grupo do PPD/PSD, um emento do Novo Rumo e o membro da Assembleia independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PONTO SEIS - PROC. N.º 2626/2014 - Proposta de Deliberação - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – 2015

Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o estabelecido na alínea ccc) do nº 1 do artº 33º do mesmo diploma, foi presente à sessão a proposta de deliberação da Câmara Municipal sobre a aplicação no ano de 2015 do valor percentual de 0,25% para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem.-----

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE - PROC. N.º 2893/2014 - Proposta de Deliberação - Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal referente às Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos consagrados na alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Pediu a palavra o Presidente da Câmara para fazer uma breve explicação sobre as medidas apresentadas, nas Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, começando por se referir à obra do Museu Municipal e à obra do Corpo Santo, a primeira não tem cabimento nos fundos comunitários em curso e a segunda aguardava resolução relativa ao visto prévio do Tribunal de Contas.-----

Referiu ainda, o Presidente da Câmara, que a rúbrica da Atlântico Vila, encontrava-se aberta, à semelhança da Rúbrica para as Obras na Cancela do Ferreira, cuja encosta ameaçava ruir e, atendendo à estrutura da obra, só com fundos comunitários era possível avançar. Porém, acrescentou, os próprios fundos proibiam as obras em estradas, no entanto, a Câmara Municipal, em consonância e com orientação da Direção Regional do Ambiente, já poderia apresentar candidatura para derrocadas, quintais e estragos causados pelo mau tempo, relativas ao ordenamento do território, como era o caso.-----

Anunciou também, o Presidente da Câmara, que estava previsto no Plano o projeto de ligação do loteamento da Torre, em Água d'Alto à SCUT.-----

Acrescentou ainda a intenção de manter o laço com todas as associações desportistas; com as juntas de Freguesia; em manter a festa de São João, Cartaz festivo de Vila Franca do Campo; e manter o Fundo Social de Emergência. -----

O Membro da Assembleia Hélder Medeiros, eleito pelo PPD/PSD, pediu a palavra para dar os parabéns ao Presidente da Câmara pelo apoio dado às instituições desportivas locais e transferências para as juntas de freguesia. Frisou ainda que a referida via para Ponta Garça era de suma importância, não só pelas razões apresentadas como também para o desenvolvimento socioeconómico da freguesia. Salientou ainda, que outra obra estruturante seria a construção de uma estrada da Rua Professor Eduíno Terra Vargas à Gaiteira. Seria uma obra que deveria ser da responsabilidade do Governo Regional. Acrescentou ainda, que o crescimento da freguesia e a da circulação estavam atrofiados. Enalteceu a decisão tomada para a resolução do problema da Ponte Torta e apelou à possível influência e funções desempenhadas pelo Presidente da Câmara Municipal para a resolução dessa situação não menos importante. -----

Solicitando a palavra o Presidente da Câmara referiu que Portugal anuiu na Comunidade Europeia que não precisava de mais estradas mas esquecera-se dos Açores. Explicou que a título excepcional tinha sido cedido um montante para construção de vias. Em Vila Franca do Campo foi o acesso da Marina ao Porto de Pescas. Esse não tinha acessos para veículos pesados e, por isso, houve necessidade de

colmatar essa falha. Acrescentou ainda que havia dificuldades em pedir ao Governo Regional dinheiro para a realização daquela estrada porque não havia meios financeiros para tal. Todo o Quadro Comunitário estava realizado de forma que era muito difícil conseguir dinheiro para realizar essa nova estrada para Ponta Garça.-----

Pediu a palavra o Vereador Rui Melo e tendo sido autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal, manifestou a sua satisfação em constatar que a dívida não era o sempre se disse ser, ou seja, 58 milhões de euros mas sim 36 milhões de euros. Referiu que a Câmara Municipal estaria mais folgada em gerir a dívida dos 36 milhões de euros. Congratulou a Câmara Municipal pela iniciativa que teve em criar todos os eventos que chamavam mais gente a Vila Franca do Campo. Frisou que as Leis eram para serem aplicadas com autoridade. O plano do Reequilíbrio Financeiro foi aprovado pela Lei Antiga e, por tal, não se deveria aplicar a taxa de IRS, como preconiza a Lei Nova. Acrescentou ainda que a situação da Câmara Municipal era difícil e era um desafio para quem estava a geri-la e esperava um bom relacionamento com o Governo Regional para que todas as promessas feitas fossem concretizadas.-----

O Presidente da Câmara, no pleno uso da palavra, referiu que existiam divergências próprias dos dois candidatos. O tempo do Presidente da Câmara era de criatividade, de pagamento das dívidas feitas por Rui Melo e o problema foi que essa ação do vereador Rui Melo, no tempo em que havia sido Presidente da Câmara, teve consequências catastróficas para a vida das pessoas. A verdade era que um endividamento do montante do que foi feito em Vila Franca do Campo tornara impossível a devolução do IRS às pessoas. Acrescentou ainda que se deveria fazer investimento público e, para isso, havia que endividar mas o problema era quando esse endividamento ultrapassava todos os limites imagináveis e da razoabilidade. O Reequilíbrio Financeiro era de 20 anos mas não havia dinheiro para pagar e o acordo com a CGD permitira que se pagasse a 30 anos. Tornou-se necessário parar os investimentos porque estávamos a endividar. Finalizou referindo que a principal diferença entre um e outro era que divergiam na dimensão da capacidade de endividamento e do que era possível ou não gastar.-----

Com votos a favor do PS e do NR a assembleia municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal referente às Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015. Absteram-se os membros da Assembleia do grupo do PPD/PSD e o membro da Assembleia independente, Edgardo da Costa Madeira.

PONTO OITO - PROC. N.º 3262/2014 - Informação Interna - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos

Da Câmara Municipal foi presente à sessão a proposta de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

Relativamente a esse ponto o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros referiu que tinha saído uma Lei, o ano passado, que obrigava as empresas municipais que davam prejuízo de serem sanadas. Questionou o Presidente da Câmara quanto a esse facto e também se a transformação verificada na empresa Atlântico Vila tivera a intervenção da Câmara. -----

Quanto à primeira questão o Presidente da Câmara respondeu que as empresas seriam todas internalizadas, excetuando a Marina que não dava prejuízo. Porém referiu que aguardava pelo término das negociações com a CGD pois faltavam alguns acertos nas negociações. Relativamente à segunda questão respondeu que era o presidente da administração e que todas as ideias iam a Conselho de Administração.-----

Submetida a votação, a assembleia deliberou aprovar a proposta com os votos favoráveis do PS e do NR. Abstiveram-se o grupo eleito pelo PPD/PSD e o membro da Assembleia Independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PONTO NOVE - PROC. N.º 3272/2014 - Informação Interna - 4ª.Revisão Orçamental

Foi presente à sessão, a proposta da Câmara Municipal para a 4ª Revisão ao orçamento da autarquia para o de 2014.-----

Com votos a favor do PS e do NR a assembleia municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal. Abstiveram-se os membros da Assembleia do grupo do PPD/PSD e o membro da Assembleia independente, Edgardo da Costa Madeira.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto o período destinado à intervenção do público, o Presidente da Assembleia informou que esse tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Para isso cada cidadão tinha que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar. -----

Inscreeveram-se para intervir os munícipes - Daniel Guerreiro, residente na Rua da Vila, nº 22, Ribeira das Tainhas, Vila Franca do Campo; Alexandre Cabral de Melo, residente na Rua da Igreja, nº 16, Ribeira das Tainhas, Vila Franca do Campo.-----

Assim, obedecendo à ordem de inscrição, foi dada a palavra ao senhor Daniel Guerreiro, que começou por congratular, a Câmara Municipal pelo Presépio construído, ao lado sul da Câmara Municipal, com a representação das 6 freguesias do concelho, cada uma com os seus símbolos bem definidos com exceção da freguesia Ribeira das Tainhas, que teve como representação uma bananeira, mostrando o seu descontentamento, em nome de muitos seus conterrâneos, pelo símbolo pejorativo que na gíria as bananas têm, sendo que a Ribeira das Tainhas, merece como símbolo as vinhas, pois sempre foi reconhecida como terra das vindimas e das boas adegas, atividade que conseguiu persistir até momento presente. -----

O Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, para registar o seu entendimento sobre os componentes alusivos a cada freguesia no presépio municipal, adiantando que para o ano, o tema a ser ponderado na construção do presépio será a abordagem da vertente religiosa, referindo que não houve qualquer intenção de minimizar a Ribeira das Tainhas, pois sempre era sua preocupação tratar com igual dignidade todas as freguesias do concelho.-----

A seguir, o senhor Alexandre Cabral de Melo interveio, para aludir à obra que estava a ser efetuada no parque de estacionamento, em frente ao jardim, ao lado da Igreja, da Ribeira das Tainhas, referindo que a população não estava a gostar daquela obra quer pelo seu custo, 200 000 euros, quer pelo facto de ser um parque de estacionamento, com acesso a uma praia de muita afluência.-----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi dada, sobre a obra em execução, fez questão de apresentar uma breve história dos factos, referindo-se que a antiga vereação era quem tinha mandado fazer o projeto de construção, de um salão comunitário e que a Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, em setembro e outubro de 2013, colocou um placar a dizer que a obra ia ter início, uma vez que as Juntas de Freguesia não estavam sujeitas a licenças de obras, mas sim de pareceres prévios, por parte da Câmara Municipal.-----

Acrescentou, o Presidente da Câmara, que foi apresentado um projeto ao Pro Rural, que era um Programa da ASDERP, em que todas as freguesias se candidataram em 2013. Fez questão de informar que, a obra era literalmente legal pois, foi presente à reunião da Câmara Municipal, em 12/03/2014, uma informação do Gabinete Técnico Municipal, referente à apreciação do projeto de arquitetura da operação urbanística de construção de um salão comunitário na freguesia da Ribeira das Tainhas, e com os fundamentos e enquadramento firmado na informação técnica, a Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, que conforme conversações com o Presidente daquela Junta, já tinham sido abonados, 41 mil euros para o 1º ato de medição e que o termo da obra em questão seria em março de 2015.-----

Prosseguiu registando como significativa a presença dos intervenientes, mas não sabia como poder ajudá-los, considerando que face ao pagamento já feito, um eventual retrocesso no processo implicaria obrigação de devolver dinheiro. Acrescentou que o aviso para a obra esteve, no local, havia feito um ano, que o espaço tinha 27 lugares de estacionamento e que após a conclusão da obra iria ficar com 18 lugares, e lembrou que a candidatura, já aprovada, foi de 144 000.00€.-----

Na mesma sequência, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, pediu a palavra para dar também o seu testemunho sobre o ponto da situação e explicou, como já tinha sido referido pelo Presidente da Câmara Municipal, que o executivo anterior era quem tinha dado início ao processo da obra em referência, que o projeto fora elaborado pela Norma Açores e enviado para a ASDERP e que de Agosto a Outubro de 2013, o citado projeto esteve exposto ao público.-----

Salientou, ainda o senhor Arménio Jardim, Presidente daquela Junta de Freguesia que, o parque, onde a obra estava a ser executada, era usado diariamente só por 5 viaturas, e que o órgão a que preside, não

estava disposto a parar a obra, porque tal implicaria consequências negativas.-----

O senhor Hélder Medeiros, membro da Assembleia eleito pelo PPD/PSD, pediu a palavra para perguntar ao Presidente da Junta da Ribeira das Tainhas, qual era a denominação da obra, ao que foi respondido, pelo senhor Arménio Jardim, que se tratava de um centro comunitário, para catequese, festas e outros eventos sócio- culturais.-----

O senhor Daniel Guerreiro pediu novamente a palavra, para sublinhar o descontentamento sobre a localização do centro comunitário em referência, afirmando o que se transcreve “ *um parque é sempre preciso e havia outra hipótese, para outro lugar. Queremos o parque.*”-----

--- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 22 horas e 30 minutos o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----

--- **Declaro ainda que a presente ata contém 15 folhas.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel